PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

(Do Sr. Fabio Faria)

Altera a Lei nº 12.608, de 2012, e a Lei nº 12.340, de 2010, para incluir medidas de precaução contra erosão costeira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.608, de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, e a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre transferências de recursos da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres, para incluir normas relativas à erosão costeira.

Art. 2º Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 6º da Lei nº 12.608, de 2012:

Art. 6º.....

.....

§ 3º Os estudos previstos no inciso III do caput deste artigo devem incluir o levantamento das regiões de ocorrência, os impactos e as medidas preventivas a serem adotadas, relativamente à erosão costeira. (NR)

Art. 3º Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 7º da Lei nº 12.608, de 2012, renumerando-se o parágrafo único como § 1º deste artigo:

Art. 7º.....

.....

§ 2º Nos Estados limítrofes ao mar, o mapeamento previsto no inciso IV do caput deste artigo deve incluir a identificação das áreas de ocorrência e da vulnerabilidade dos núcleos urbanos litorâneos à erosão costeira. (NR)

Art. 4º Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 8º da Lei nº 12.608, de 2012:

Art. 8º.....

.....

Parágrafo único. No cumprimento das ações previstas no caput deste artigo, especialmente nos incisos IV, V, VII e IX, os Municípios litorâneos deverão identificar as áreas de risco de ocorrência de erosão costeira, bem como fiscalizar permanentemente a ocupação dessas áreas, vedar novas ocupações e realocar ocupações das áreas de risco. (NR)

Art. 5º. Acrescente-se o seguinte art. 3º-C à Lei nº 12.340, de 2010:

Art. 3º-C Incluem-se, no cadastro previsto no caput do art. 3º-A, os Municípios com áreas sujeitos a erosão costeira, aplicando-se a eles as determinações previstas nesta Lei, para os Municípios cadastrados. (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em muitas áreas litorâneas do País, várias cidades sofrem com os impactos da erosão costeira. O problema decorre da ocupação urbana mal planejada, que não leva em consideração a dinâmica natural da linha de praia. O resultado é o desmoronamento de ruas, calçadões, redes de esgoto e água, linhas elétricas e outros equipamentos urbanos instalados na

faixa de transição entre terra e mar. Esse fenômeno é severo em algumas regiões, como Ponta Negra (Natal/RN), Caucaia (CE) e Balneário Piçarras (SC).

Estudo da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil afirma que grande parte das cidades litorâneas tem implantado infraestrutura pública em faixas de praia historicamente sujeitas à ressaca do mar, o que leva ao aumento do risco de desastres e potencializa os danos e prejuízos.

Em muitos locais, ainda é possível evitar tais ocupações; em outras, deve-se adequar as ocupações, realocando as comunidades e infraestruturas urbanas e livrando-se as áreas de risco de erosão costeira.

As medidas aqui propostas visam dar encaminhamento a esse problema, definindo medidas a serem implantadas pelos três níveis da Federação.

Em vista do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares, para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado FÁBIO FARIA